

CULTURA ESCOLAR: OS EXAMES CLASSIFICATÓRIOS DE UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO PRIMÁRIA (1907-1916)

Luan Manoel Thomé¹

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo descrever os exames classificatórios ocorridos no Grupo Escolar de Diamantina. O recorte temporal escolhido, refere-se a data de criação do educandário, instituição idealizada para colocar em prática a modernidade republicana e 1916, ano no qual houve a segunda troca de direção. Como metodologia, esta pesquisa é qualitativa, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, tendo como referencial Gonçalves e Faria Filho (2007), Mello (2009), Ghiraldelli Jr (2009) e Faria Filho (2014). Para a coleta de dados foi feita a análise na legislação educacional da época e no livro de Promoção do grupo. Os dados apontam que os exames classificatórios, característicos do Brasil Império, era uma prática presente na cultura escolar desta instituição, por ser uma imposição da legislação da época. As cerimônias aconteciam no final do ano letivo, e contavam com a presença dos inspetores tanto estadual, quanto municipal; da direção; das professoras e de outros convidados, como familiares, banda de música e a imprensa local. Pelas atas percebemos como o processo era direcionado de forma exclusiva, um número significativo de alunos era reprovado e a maior parte não comparecia às solenidades.

Palavras-chave: Cultura Escolar, Exame, Grupo Escolar, Diamantina.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como temática os exames classificatórios realizados no Grupo Escolar de Diamantina, o recorte temporal justifica-se pela gênese da instituição ter ocorrido em 1907, e 1916 ano da segunda troca da direção do educandário – a professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão se aposenta no início do ano e Liseta de Oliveira Queiroga assume a função. Sabemos que no campo investigativo da história da educação, são desenvolvidas numerosas pesquisas, voltadas à diversas temáticas, como: profissão de professor, manuais pedagógicos, impressos, instituições educativas, dentre outros. Nesse sentido, a presente pesquisa vem apresentar algumas práticas desta instituição de ensino, evidenciando aspectos de sua cultura escolar.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e professor do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)/ Unidade Cláudio, luan.thome@uemg.br.

Quanto à metodologia, essa pesquisa é qualitativa, de natureza exploratória – primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os temas: educação no período republicano, reforma João Pinheiro e grupos escolares. Em seguida, ocorreu a identificação e catalogação dos documentos: no primeiro momento a análise da legislação educacional da época, posteriormente no livro de Promoção, datado em 1907, encontrou-se as atas de exames e os termos de promoção no recorte temporal dessa pesquisa. O material está disponível na Escola Estadual Matta Machado – antigo Grupo Escolar de Diamantina.

Através das análises, percebemos que mesmo diante do discurso de modernidade, ainda práticas consideradas arcaicas do Brasil imperial, faziam-se presentes nessa instituição republicana: como o alto índice de reprovação nos exames e a evasão escolar. Este estudo vem discutir sobre um aspecto da cultura escolar, tal categoria, segundo Silva (2006) surge através dos sujeitos envolvidos no educandário, como professores, gestores e alunos; dos discursos e as linguagens; da organização escolar e do sistema educativo e das práticas que se consolidam com o tempo.

Assim, as pesquisas cujo escopo está voltado para o interior das instituições educativas, têm como premissa a busca em compreender o cotidiano escolar. Nesse sentido, podemos afirmar que a cultura escolar tem uma identidade, “no entanto, essa mesma cultura não é simples reprodutora, tão pouco refratária a mudanças, pois ela tem sua própria identidade construída entre o que escutam, o que leem, o que já sabem e acreditam ideologicamente os indivíduos” (SILVA, 2006, p. 207).

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, o presente estudo é qualitativo, essa tipologia de pesquisa ocupa sem dúvidas, um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos sociais (GODOY, 1995), uma vez que o objeto é analisado numa perspectiva integrada. Quanto aos objetivos, configura-se como pesquisa exploratória, pois de início foi realizado um levantamento bibliográfico, sobre os temas: educação no Brasil republicano, reforma João Pinheiro e grupos escolares, tendo como referenciais os autores: Gonçalves e Faria Filho (2007), Mello (2009), Ghiraldelli Jr (2009) e Faria Filho (2014).

Esta proposta também é descritiva, visto que, tem como finalidade descrever os processos pedagógicos ocorridos em uma instituição de educação primária, ou seja, sua cultura escolar. Como coleta de dados, primeiramente realizou-se a análise na legislação educacional da época: a Lei 439 de 29 de setembro de 1906, e os decretos nº 1947 de 30 de setembro de 1906 (sancionou o programa do ensino primário) e o de nº 1960 de 16 de dezembro de 1906 (aprovou o regulamento do ensino primário e normal do Estado), e nos documentos produzidos desde o surgimento do educandário: o livro de Promoção, que nos fornece informações sobre os exames classificatórios ocorridos no interstício deste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de independência do Brasil, em 1822, foi um momento marcado sem a participação da população; fruto de diversos fatores econômicos, políticos e sociais – todos relacionados ao retorno de Dom João VI para Portugal (SHIGUNOV NETO, 2015). Para Mello (2009, p. 17), este é um quadro renovado, no qual “[...] a paz imperial começa a ser sentida como um resultado da inércia e apatia de um povo infantilizado pelo poder pessoal e centralizado”, sem dúvidas, um movimento elitista, pois a população não se deu conta do que estava acontecendo.

O cenário da educação primária era marcado pela presença das escolas de primeiras letras. Neste modelo de educação, o professor era detentor da cadeira: “até então a escola que existia funcionava, na maioria das vezes, nas casas dos professores ou, sobretudo, nas fazendas, em espaços precários [...]” (FARIA FILHO, 2003, p. 140). O trabalho era direcionado com turmas multisseriadas e na maior parte das vezes, com separação de meninos e meninas. Esta precariedade estava aliada a restrita presença do Estado, a instrução não era um dos objetivos do governo.

Assim, os professores não eram controlados, os dados estatísticos eram falseados, os professores misturavam suas atividades de ensino a outras atividades profissionais e, enfim, as escolas não funcionavam, em boa parte das vezes, literalmente (FARIA FILHO, 2003, p. 146).

As escolas isoladas possuíam um espaço inadequado para a realização das atividades didático-pedagógicas, bem como também, um número significativo dos professores não possuía formação adequada. Para Ghiraldelli Jr (2009), algumas

instituições educacionais, desenvolviam um ensino sem vínculo com o mundo prático e déficit na formação científica.

Com a proclamação da República, o Brasil passou a vivenciar outro período, cuja promessa, era trazer a modernidade – uma tentativa de apagar os resquícios do Império, período no qual o país sofria com as amarras de Portugal. “Futuro que impunha desmanchar com o passado e tudo o que ele implicaria: monarquia, sociedade do privilégio, escravidão, romantismo, clericalismo etc” (MELLO, 2009, p. 29). Sabemos que, novamente foi um episódio sem a participação popular. Os republicanos apoiavam na égide de que a partir da ordem, surgiria o progresso.

A República não veio por meio de um grande movimento popular. Ela se instaurou como um movimento militar com apoio de setores da economia cafeeira, então descontentes, principalmente por causa da política do Império, incapaz de dar proteção econômica aos chamados barões do café e outros grupos regionais (GHIRALDELLI JR, 2009, p. 09).

Mello (2009) argumenta que a proclamação foi marcada pela indiferença e conformidade, pois já havia um movimento histórico para a consolidação desta nova forma de governo, o que justifica a não reação da corte portuguesa. Mas qual era o caminho para o progresso? A literatura nos apresenta que o governo começou a adotar diversas medidas, nas áreas: econômica, política e social, a fim de incutir novos valores à sociedade.

Indubitavelmente, a educação seria um meio perspicaz na formação do cidadão republicano, para isso foram difundidas reformas educacionais em todo o país para fomentar o acesso da população à escola. João Pinheiro, presidente do Estado de Minas Gerais, em 1906, empreende uma reforma da educação primária e normal, cuja ação contribuiu para uma mudança no cenário educacional mineiro. Vale destacar, que muitos autores defendem que a reforma foi pensada por diversos educadores da época.

Com a reforma, objetivou-se constituir em Minas Gerais uma nova configuração de cultura escolar, na educação primária, uma vez que os grupos escolares representavam a expressão moderna do ensino. Pois, diferentemente ao regime anterior, esta instituição possuía um espaço adequado para a realização das atividades; professoras com o título de normalistas – ou seja com formação adequada; o governo fornecia materiais didáticos para o desenvolvimento das aulas; e havia um diretor escolar, cuja função era ser um representante do Estado no grupo (THOMÉ, 2017).

“Neles, e por meio deles, os republicanos buscaram mostrar a própria República e seu projeto educativo exemplar, e por vezes, espetacular” (FARIA FILHO, 2003, p. 147). Assim, outra lógica foi adotada neste educandário: como modelo de organicidade utilizou-se a seriação, um mecanismo de romper com o passado imperial. Havia turmas separadas para meninos e meninas, e espaços definidos para cada um na instituição, sem dúvidas as relações de gênero ficam evidentes. “Art. 21- O Grupo Escolar se constituirá de tantas escolas quantas sejam necessárias para que todo o curso primário seja ministrado a cada sexo separadamente” (MINAS GERAIS, 1906c, p. 158).

Como mencionado anteriormente, a Reforma João Pinheiro, trouxe outros direcionamentos para a educação primária e normal do Estado. O decreto nº 1947 aprovou o programa de ensino primário, neste documento havia a discriminação das disciplinas a serem trabalhadas e o horário de cada uma delas, conforme a seriação. A professora primária deveria ministrar as seguintes disciplinas: leitura – pela primeira vez recebe destaque dessa forma em um currículo segundo Klinke (s/d); língua pátria – apresentar o padrão de fala a ser adotado no país da modernidade; escrita – adotar o estilo de letra redonda e vertical, pois é “[...] fácil, é rápido, econômico, e higienico” (MINAS GERAIS, 1906b, p. 107); aritmética – proporcionar o conhecimento das operações fundamentais; geografia – conhecer aspectos geográficos nacionais e locais, história do Brasil – saber e reverenciar os fatos e os heróis brasileiros; história natural física e higiene – trabalhar aspectos das ciências naturais e comportamentos higiênicos; instrução moral e cívica – apresentar às crianças os valores do cidadão republicano; geometria e desenho – conhecimento das formas geométricas e dos ângulos; exercícios físicos – promover a saúde física; canto – desenvolver o sentimento patriota, com cantos do hino brasileiro e do Estado e por fim, trabalhos manuais – a ênfase nesta escola é a formação da classe trabalhadora (MINAS GERAIS, 1906b).

Para o cumprimento dessa nova proposta pedagógica, as professoras deveriam utilizar método intuitivo - tal estratégia teve início no final do século XVIII na Alemanha e foi difundido no Brasil, por diversas reformas educacionais no decorrer dos séculos XIX e XX. Este método é voltado para o ensino em massa, pois atingia um número maior de alunos. Dentre suas características, estão o educar através dos sentidos, levar o aluno a diferenciar as propriedades dos objetos estudados, aqui temos ações cotidianas como o observar, tocar, sentir (VALDEMARIN, 2004).

[...] os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar (FARIA FILHO, 2003, p. 143).

O Regulamento do ensino primário e normal do Estado, aprovado em 16 de dezembro de 1906, trazia em seu sétimo capítulo a discussão sobre como deveria ser organizado o regime escolar, os exames, prêmios e férias. Segundo o documento, no centésimo artigo, os exames seriam de suficiência e finais, o primeiro seria realizado no final de cada semestre, no qual seriam cobrados os conteúdos vistos até aquele momento e o final com todo o conteúdo trabalhado durante o ano letivo (MINAS GERAIS, 1906c).

A verificação da aprendizagem no grupo escolar acontecia de forma mensal, semestral e anualmente. Mensalmente a criança seria avaliada sobre seu aproveitamento em cada um dos componentes curriculares, a professora distribuía a nota de 0 a 10 pontos. Após isso, no final do semestre, em reunião, juntamente com a direção do grupo, era organizada uma lista com cálculo das médias atingidas pelos alunos, aqueles que obtivessem média de 10 pontos estava promovido à série seguinte (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2007). Já quem por ventura tivesse média igual ou acima de 5 pontos era submetido aos exames públicos finais.

Art. 100 – Os exames das escolas primarias serão de sufficiencia e finaes: serão feitos por anno e versarão sobras as matérias explicadas durante o anno lectivo, podendo no 1º semestre ser o alumno promovido para o anno superior ao da sua classe, quando mantiver a nota optima de aproveitamento e applicação.

Parágrapho único. São finaes os exames prestados sobre as materias do curso ou do ultimo anno da escola, e de sufficiencia o que versarem sobre as materias dos outros annos (MINAS GERAIS, 1906c, p. 170).

Pelo artigo acima, fica evidente que este modelo escolar, não tinha como preocupação possibilitar uma formação integral aos educandos, um forte indício disso é a possibilidade de os alunos serem promovidos na metade do ano letivo. Era permissível também: “art. 106 – aos exames finais das escolas primárias poderão apresentar-se meninos mesmo não matriculados” (MINAS GERAIS, 1906c, p. 171). Outro aspecto seletivo, somente meninos poderiam ser submetidos aos exames, mesmo que não fossem alunos regulares da instituição.

Como asseveram Gonçalves e Faria Filho (2007), nos exames finais era realizada uma verdadeira seleção, uma criança mesmo que tenha conseguido média nos exames de suficiência, poderia ser reprovada. Os exames eram verdadeiros espetáculos, a população era convidada a participar, os inspetores se empenhavam em organizar as bancas examinadoras – compostas por ele na função de presidente, ou outra pessoa delegada; já os examinadores eram pessoas influentes da sociedade e a professora regente. Os exames eram unicamente escritos e orais e sem nenhuma estrutura pensada na inclusão da criança, tal realidade era expressa nos altos índices de evasão e reprovação, podemos dessa forma questionar: que modernidade é essa?

Art. 103- os exames serão prestados perante uma comissão composta de três membros, da qual será presidente o inspetor escolar ou delegado de sua nomeação e examinadores o professor da cadeira e uma pessoa qualificada, convidada pelo presidente da comissão examinadora.

Parágrafo único: Poderá haver provas escritas e praticas a juízo da comissão examinadora (MINAS GERAIS, 1906c, p. 170).

Os alunos eram classificados conforme sua nota no exame final: aprovados com distinção – dez pontos; aprovados plenamente – notas em torno de seis a nove; aprovados simplesmente – nota igual ou superior a cinco pontos; o aluno reprovado era aquele cuja média fosse inferior a isso (GONÇALVES; FARIA FILHO, 2007). Como uma forma de incentivo aos professores, o Regulamento previa um prêmio aos que apresentasse mais de vinte alunos aprovados, “[...] terá o prêmio de 200\$000 por alumno que exceder o dito número” (MINAS GERAIS, 1906c, p. 171).

Durante o ano, quem dava as notas de aproveitamento (ou aplicação) e as notas por procedimento (disciplina) era a professora regente da classe. E no que se refere à nota de aproveitamento, esta podia ser mudada pelos examinadores, nos exames de final de ano. E embora a professora fizesse parte desta banca, esta é uma maneira de verificar e controlar o trabalho da professora. Essa atitude de mudar a média anual do aluno, no exame final, pode ser vista como uma estratégia do governo de controlar o trabalho do professor(a). Somente após o julgamento dos exames orais e escritos, o resultado das médias de aproveitamento era publicado. A publicação se dava por ano de ensino; primeiro vinham os nomes dos alunos aprovados com distinção, depois os aprovados plenamente, depois os aprovados simplesmente e por fim, os não aprovados. Os nomes destes últimos não apareciam (ROCHA, 2008, p. 88).

O Grupo Escolar de Diamantina, criado por João Pinheiro, presidente do Estado mineiro, através do decreto 2.091 de 20 de setembro de 1907 era a instituição concebida para propagar as ideias republicanas, na cidade mineira, considerada centro da produção

de diamantes no Brasil Império. No decreto é perceptível a ênfase no discurso de modernidade:

O Presidente do Estado de Minas Gerais, de conformidade com o disposto no art. 22, combinado com o artigo 45 do regulamento que baixou com o dec. Nº 1960, de 16 de Dezembro 1906; considerando que é necessária a difusão do ensino publico primario, de acordo com os novos methodos adaptados, resolve, para a execução do disposto no art. 4º da lei n. 439, de 28 de Setembro daquelle ano, crear o Grupo Escolar da cidade de Diamantina. Palácio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Diamantina, 20 de setembro de 1907 (MINAS GERAIS, 1907, p. 201).

O primeiro corpo docente da instituição foi marcado pela presença das seguintes normalistas: Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, Liseta de Oliveira Queiroga, Agostinha de Sá Corrêa Rabello, Júlia Kubistchek, Edésia Corrêa Rabello, Hilda Rabello da Mata Machado, Custódia Brant, Eponina da Mata Machado, as quatro primeiras atuavam como professoras em escolas isoladas (THOMÉ, 2017). O corpo docente estava sob a responsabilidade do diretor Cícero Arpino Caldeira Brant, pela documentação, nota-se que até o ano de 1916, ocorreram diversas mudanças no corpo docente, seja devido à remoção, afastamentos, aposentadorias e ingresso de outras professoras.

Formar a classe trabalhadora – objetivo dessa nova escola. Por isso uma ênfase ao ensino de leitura, escrita, língua pátria e aritmética. O processo pedagógico está centrado na alfabetização, sendo assim, os diversos conteúdos trabalhados deveriam passar por um processo contínuo de verificação da aprendizagem, com o intuito classificatório. No livro de Promoção foram registrados todos os exames ocorridos no recorte temporal desta pesquisa, ou seja, a direção seguia a legislação educacional em vigor. A realização dos exames finais, contava com uma intensa preparação antes da sua ocorrência, pois eram convidados alguns educadores ou pessoas influentes para comporem as bancas. O inspetor municipal deste período era um padre, mesmo sendo uma instituição laica, conforme preconizava este novo modelo de governança, ainda havia a presença de clérigos. O primeiro exame na instituição, deu-se no dia 16 de janeiro de 1908:

A 1 hora da tarde, com a presença de muitas famílias e aos sons festivos da orchestra do 3º batalhão de policia, iniciaram-se os exames simultaneamente nas oitos classes, por não haver no grupo uma sala que comportassem todos os alumnos, professoras e visitas. Como o Grupo Escolar começou a funcionar apenas há dois mezes e pouco, os exames foram apenas de descriminação de classes, conforme assigalam as 8 actas isoladas remetidas à Secretaria do Interior. Os trabalhos terminaram às três horas e meia da tarde, sendo erguidos muitos vivas

ao Excmo Dr. Presidente do Estado, ao Excmo Dr. Secretário do Interior, às professoras, ao Director do Grupo etc (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 02).

Por meio do relato do diretor, notamos a presença do aparato militar, representado pela banda de música do 3º batalhão – uma das marcas da modernidade republicana. A presença da banda, aponta que os dias de exames eram também uma possibilidade de acesso à cultura musical para a população diamantinense. No Grupo Escolar de Diamantina, não havia um espaço que comportava todos os presentes na solenidade, na ata, notamos uma denúncia de como o espaço físico da instituição era reduzido.

Em 1908, conforme determina o Regimento, os exames ocorreram no final do ano letivo, em 17 de novembro. As oito classes foram submetidas as bancas compostas por diamantinenses influentes como João Felício dos Santos, Redelvim Andrade, Júlia Flora da Matta Machado, Marianna Hygina Figueiredo. Pelas bancas percebe-se que a grande maioria dos membros eram homens. Neste dia, não foram realizadas muitas comemorações, devido à morte de João Pinheiro ter sido recente (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907). Na ata, o registro acontece por turma, são apresentados os nomes dos alunos(as) aprovados(as) com distinção, plenamente, ou simplesmente aprovado(a) e reprovados(as). Ao final do processo, o diretor redigia a ata, neste dia, alguns alunos assinaram o caderno por engano, há uma ressalva deste ocorrido no final do documento.

Art. 107. Terminados os exames, será lavrada uma acta em livro proprio, na qual se mencionarão os dias de duração dos exames, quaes os examinadores, quantos alumnos examinados, quaes notas por elles obtidas, especificando-se quantos aprovados e outras occurrencias que derem.

Paragrapho único. Desta acta será tirada uma copia, authenticada pela commissão examinadora e visada pelo inspector escolar, a qual será remetida pelo professor à Secretaria do Interior (MINAS GERAIS, 1906c, p. 171).

O ano de 1909 foi marcado por uma série de mudanças, devido à tentativa de fechamento do Grupo Escolar de Diamantina, houve a diminuição do número de cadeiras e a troca da gestão do educandário. Segundo o governo, a instituição estava com um número significativo de alunos infrequentes, no entanto, em pesquisas anteriores (THOMÉ, 2017), ficou claro que foi uma manobra do Estado, pois o diretor Cícero fazia intensas cobranças à Secretaria do Interior, para que a mesma enviasse recursos ao educandário. No mês de agosto, a professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, esposa do senador Mourão assume o cargo.

Os exames em 1909 contaram com a presença do inspetor técnico o Polydoro dos Reis Figueiredo – representante do governo estadual, o inspetor escolar municipal não participou da solenidade, por apresentar problemas de saúde. Foram nomeados como examinadores: Antônio Duarte Mandacaru, João Felício dos Santos, Eponina da Matta Machado (professora do grupo) e Leopoldo de Miranda. Neste dia ocorreu uma diminuição no número de examinadores, em virtude da carência de fontes, não se sabe o porquê disso. Os alunos aptos para realizarem os exames eram somente aqueles que obtiveram média anual igual ou superior a cinco pontos – evidência de que os exames não visavam uma perspectiva inclusiva.

Os exames foram unicamente orais, tendo cada aluno sido arguido sobre todas as matérias do ano pela professora da cadeira, pelo respectivo examinador com a assistência do inspetor presidente e de outras pessoas que compareceram ao acto (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 10).

A legislação impunha somente uma forma de sondagem da aprendizagem, o que nos leva a refletir de como o processo era seletivo, diversas crianças submetidas a essa forma de verificação característica do Brasil império (GHIRALDELLI JR, 2009). No registro, não encontramos nenhuma menção à outras pessoas presentes, como autoridades, ou banda. Um fato curioso que pela primeira vez, uma professora assume a função de secretária² do grupo e escreve a ata, antes tal incumbência era da direção.

Em 1910, os alunos que obtiveram média durante o ano de quatro pontos, estariam aptos a realizar o exame, o que veio alterar a lógica passada. Na cerimônia estiveram presentes o juiz de direito da Comarca de Diamantina, o promotor de justiça, um padre que era o diretor do Colégio Diocesano, além de familiares e a imprensa local. No final do exame foram expedidos os diplomas para os concluintes do 4º ano (15 alunos) e a distribuição de prêmios para os aprovados com distinção, prática que vem validar a escola republicana, que tem como função disciplinar o novo homem.

O presidente do Estado Júlio Bueno Brandão³, no mês de junho de 1911, sancionou o decreto nº 3191 aprovando o “Regulamento geral da instrução do Estado”, documento que trouxe alguns complementos ao Regulamento de 1906, e pela primeira vez menciona a Educação Infantil. Assim, a rotina escolar sofreu algumas alterações, os

² Na gestão da diretoria Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, a professora Liseta de Oliveira Queiroga assumiu a função de secretária, sua incumbência era gerir a escrituração escolar.

³ Júlio Bueno Brandão acompanhou o processo de consolidação da reforma João Pinheiro em 1906, pois à época ele era vice-presidente do Estado.

exames finais foram somente para o 4º ano, as demais turmas foram promovidas conforme a média anual – calculada na relação de todas as disciplinas. O aluno que obtivesse média igual ou superior a seis pontos, estava aprovado, a lista com a relação dos nomes deveria ser submetida pela professora, para aprovação do inspetor local e da diretoria do grupo.

Art. 242 Encerradas as aulas, no dia 30 de novembro de cada anno, pelos professores serão organizadas as listas dos alumnos do 1º, 2º e 3º annos, que por suas notas, devam ser promovidos ao anno immediatamente superior.

Parágrafo único: Servirão de base à organização das listas as médias das notas de aproveitamento obtidas pelos alumnos em todas as disciplinas do anno (MINAS GERAIS, 1911, p. 70).

Como os exames finais em 1911 e 1912 foram direcionados somente às turmas do 4º ano, na ata encontramos a expressão que os procedimentos ocorreram “a portas abertas”, cujo intuito era evidenciar para a sociedade a clareza nos procedimentos adotados. A professora Liseta de Oliveira Queiroga atuou nesta etapa nos dois anos em questão, a metodologia do exame teve a seguinte lógica: no primeiro dia provas escritas, sobre todas as disciplinas – com duração em média de cinco horas e no segundo orais, os alunos tiravam à sorte o tema, e respondiam de forma individual.

Em 1913, todas as turmas voltaram a ser submetidas aos exames públicos, decerto houve mais uma vez alteração na legislação educacional. A solenidade mais uma vez contou com a presença do delegado, do inspetor municipal, o inspetor regional, a diretora e as professoras. Para a cerimônia estavam presentes 262 alunos, tal informação não tinha sido apresentada com exatidão nas demais atas. No ano seguinte, a mesma lógica é adotada.

Na solenidade de 1915 estava presente o inspetor escolar Firmino da Silva, as professoras e a diretora Mariana, no momento de abertura dos trabalhos, o inspetor regional tenente coronel Juscelino da Fonseca Ribeiro chegou com a proposta de fiscalizar o exame, a partir disso a professora Liseta relata que houve um estranhamento por parte dos dois servidores:

Iniciados os exames compareceu para fiscaliza-los o inspetor regional o tenente coronel Juscelino da Fonseca Ribeiro, pelo que o inspetor municipal, declarando que não reconhecia a competência daquelle para tal fim, protestou conta a sua intervenção e retirou-se. Os mesmos exames, porém, continuaram sob a presidência da diretora do grupo Mariana Corrêa de Oliveira Mourão, por ter o dr. Inspetor municipal declarado por officio que, embora com o seu protesto pela indevida intervenção a bem do interesse publico e do bom andamento dos

trabalhos escolares, reconhecia os actos praticados como se fossem por delegação de poderes, visto como seriam nullos todos que ser praticassem sem a dita delegação. O inspetor regional, não se conformando com a interpretação do dr. Inspector municipal, esteve presente a todos os exames (LIVRO DE PROMOÇÃO, 1907, p. 46).

O desentendimento entre as autoridades municipal e estadual comprometeu a dinâmica do exame. Desde a fundação do educandário, os exames aconteciam em torno de um a dois dias, em 1915 durou três. Pela ata do exame, notamos uma disputa em torno do poder e uma busca por visibilidade, em meio a sociedade diamantinense marcada pela desigualdade social. À guisa de conhecimento, na tab. 01 a seguir temos uma síntese dos resultados dos exames realizados em todas as turmas, exceto nos anos de 1911 e 1912 – período no qual somente as turmas do quarto ano foram examinadas. Os dados mencionados foram retirados do livro de Promoção – nas atas de exames e nos termos de instalação dos anos letivos⁴

Tabela 01: Exames do Grupo Escolar de Diamantina (1907-1915).

Ano letivo	1908	1909	1910	1913	1914	1915
Total de alunos do ano letivo	337	455	287	426	***	***
Compareceram	93	***	241	262	225	287
Ausentes	244	***	46	164	**	***
Aprovados com Distinção	38	35	43	33	52	64
Aprovados Plenamente	27	38	46	57	51	37
Aprovados Simplesmente	12	***	07	05	17	15
Não-preparados no exame	16	***	145	167	105	171
Reprovados (não-preparados e ausentes)	260	382	191	331	***	

Fonte: Livro de Promoção (1907). Autoria: do próprio pesquisador.

Fica evidente que este modelo escolar, considerado moderno, apresentava alguns resquícios do regime imperial. Primeiramente, o índice de alunos ausentes é alto, isso demonstra evasão no educandário, pois de acordo com o Regimento havia somente um exame final no ano letivo, não havia a possibilidade de recuperação da nota. Com frequência as turmas alteravam no Grupo Escolar de Diamantina, com um número de reprovação significativo, podemos concluir que nas turmas haviam uma mistura de idades

⁴ Alguns dados representados na tabela com o símbolo (***) refere-se que a informação não foi encontrada nos documentos. Vale destacar também, que não há dados sobre o exame de 1916, uma vez que a professora Mariana Corrêa de Oliveira Mourão aposentou no primeiro semestre deste ano.

e de aproveitamentos. Os exames, para Faria Filho (2014) atuavam como um mecanismo de controle e de homogeneização escolar.

[...] objetiva-se, cada vez mais, uma ideia de ordem baseada na classificação, seriação, enfim, seleção dos(as) alunos(as) não apenas no interior da classe, mas no conjunto do sistema escolar, aproximando-se muito, ou mesmo identificando, a noção de ordem com a de homogeneização.

Pouco parecia preocupar, à maioria dos inspetores, o alto índice de reprovação e o pequeno aproveitamento do conjunto dos(as) alunos(as) no sistema de ensino (FARIA FILHO, 2014, p. 226).

Rocha (2008) na pesquisa intitulada “A reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha / Sabará (1907-1916)” identificou neste educandário que os alunos eram submetidos às mesmas normas e aos mesmos exames, tal situação não diferente das ocorridas no Grupo Escolar de Diamantina. Em algumas atas, quando são apresentados os nomes das crianças, as meninas tinham um aproveitamento maior, se comparado aos meninos. Isso é um reflexo do próprio Regulamento em seu artigo 78: “a criança em idade escolar será de 7 anos para o sexo masculino e de 8 para o feminino; o máximo será de 14 anos para o sexo masculino e de 12 para o feminino” (MINAS GERAIS, 1906c, p. 167). A própria legislação propiciava aos meninos a possibilidade de permanecer mais tempo no educandário, do que as meninas. Poderiam prestar os exames alunos do grupo e outras crianças que almejavam a conclusão do ensino primário, mecanismo utilizado pelo governo para não arcar com tantas crianças em idade escolar. As práticas classificatórias presentes nos exames realizados no Grupo Escolar de Diamantina, vem comprovar o que Haydt (2011) afirma:

Esta associação, tão frequente em nossas escolas, é resultante de uma concepção pedagógica arcaica, mas tradicionalmente dominante. Nela, a educação é concebida como mera transmissão e memorização de informações prontas e o aluno é visto como um ser passivo e receptivo. Em consequência, a avaliação se restringe a medir a quantidade de informações retidas. Nessa abordagem, em que educar se confunde com informar, a avaliação assume um caráter seletivo e competitivo (HAYDT, 2011, p. 216).

Pela metodologia adotada nos exames, nota-se uma cobrança na memorização dos conteúdos por parte das crianças, uma evidência disso são os sorteios de temas a serem discorridos nos exames orais e escritos. A medição fazia-se presente neste contexto, alunos aprovados com distinção apresentavam no momento do exame uma capacidade superior em decorar os conhecimentos já prontos. “O uso do termo avaliar como sinônimo

de medir se deve também ao aperfeiçoamento, nas primeiras décadas do século XX, dos instrumentos de medida em educação [...]” (HAYDT, 2011, p. 218). Para Libâneo (1990), o professor ao medir somente quantitativamente o aluno, está reduzindo-o à função de controle, pois a tarefa se restringe à atribuir notas e a classificação, o que ocasiona a perda da função didático-pedagógica da avaliação, cujo “[...] objetivo é classificatório e não educativo” (LIBÂNEO, 1990, p. 198).

Conforme Luckesi (1998), nos exames, a relevância está centrada no desempenho final, ou seja, o processo pelo qual o aluno perpassou para chegar às respostas, não é levado em consideração. É uma forma autoritária do professor direcionar sua práxis pedagógica, sendo o seu principal objetivo disciplinar externa e aversivamente os educandos, por isso são atribuídas notas de 0 a 10. Esta perspectiva apresentada pelo autor vem confirmar as práticas desenvolvidas no Grupo Escolar de Diamantina, os exames classificatórios era a forma utilizada no educandário para promover os alunos às outras séries, tal prática estava respaldada na legislação educacional, que obrigava às professoras atuarem dessa forma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O surgimento da República, a partir de um golpe político-militar, instaurou no país uma nova ordem, cuja premissa estava no abandono as práticas do Brasil Imperial. Nesse sentido, diversos governantes, alimentavam um discurso de que o novo tempo seria marcado pela ordem e pelo progresso. Com essa efervescência, em alguns Estados, são implantadas diversas reformas educacionais, a fim de apresentar o projeto espetacular que iria acontecer, o que por ventura, traria uma mudança no contexto vivido, mesmo que lentamente.

Em Minas Gerais, o presidente do Estado, João Pinheiro, com poucos meses que havia assumido o governo, empreende uma reforma do ensino, cujo foco estava na educação primária e normal, tal ação gerou diversos impactos e culminou no surgimento de diversos educandários. O Grupo Escolar de Diamantina, criado em 1907, fruto dessa reforma, era uma instituição que foi idealizada para colocar em prática o projeto republicano e atuar de forma direta na formação deste novo cidadão.

Nesta instituição de educação primária, havia um programa de ensino a ser seguido, no qual discriminava todas as disciplinas a serem trabalhadas, o horário de cada uma delas e o uso do método intuitivo. Complementando este documento, surge o

Regimento que era um conjunto de normas destinado tanto à educação primária, quanto a normal. Nele havia a explicação de todos os procedimentos relativos à matrícula, as aulas, aos direitos e deveres dos professores, e as práticas de verificação da aprendizagem.

Os exames conforme Ghiraldelli Jr. (2009) foram uma marca do Império brasileiro. Ao realizar esta pesquisa fica evidente a presença destas práticas nas escolas consideradas modernas. Através das atas de exames do Grupo Escolar de Diamantina, os exames finais consistiam em uma prática que contribuía para a exclusão no ambiente escolar, pois como vimos, havia uma alta taxa de reprovação e infrequência das crianças, o que nos faz pensar nas alterações contantes que as turmas vivenciavam no decorrer dos anos letivos. Sem dúvida, pairam diversos motivos para essa realidade desigual, primeiramente o formato dos exames em ser exclusivamente orais e escritos, além disso, a criança estava diante de uma banca, composta em parte por pessoas desconhecidas, que não estavam presentes no dia a dia da instituição.

Mesmo diante de um discurso moderno, práticas tradicionais acompanhavam a práxis pedagógica desses professores, devido à exigência da legislação em seguir formatos determinados. Vale ressaltar que em todos os exames o inspetor do Estado e do município acompanhavam todas as ações, além de outras pessoas que serviam para testemunhar o ocorrido. Os exames eram um momento solene, no intertício desta pesquisa, percebemos a presença da banda de música, da Igreja e da imprensa diamantinense. A temática cultura escolar, abrange diversas perspectivas, por isso esta discussão não se encerra por aqui, várias pesquisas podem surgir com o intuito de desvendar as práticas desta instituição.

REFERÊNCIAS

FARIA FILHO, L. M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T. FARIA FILHO, L. M. VEIGA, C.G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: forma e cultura escolar em Belo Horizonte (1906/1918)**. 1 ed, EDUFU. Uberlândia: 2014.

GHIRALDELLI JR, P. **Filosofia e História da Educação Brasileira**. Barueri, Manole: 2009.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 01 ago 2020.

GONÇALVES, I. A. FARIA FILHO, L. M. Acesso, permanência e avaliação escolar na constituição da escola primária em Minas Gerais. **Educação em Foco**, nº especial, p. 25-50, mar/ago, 2007. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2013/05/021.pdf>. Acesso em: 20 ago 2020.

HAYDT, R. C. C. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 2011.

KLINKE, K. **A leitura nos Grupos Escolares de Minas Gerais (1906-1927)**. I Congresso Brasileiro de História da Educação, Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/079_karina.pdf. Acesso em: 02 ago 2020.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo, Cortez: 1990.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo, Cortez: 1998.

MELLO, M. T. C. de. A modernidade Republicana. **Tempo**, v.13, n. 26, p. 15-31, 2009. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002>. Acesso em: 10 ago 2020.

ROCHA, F. C. C. da. **A reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha / Sabará (1907-1916)**. Dissertação (Mestre em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação: conhecimento e inclusão social, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84XGRB>. Acesso em: 04 set 2020.

SHIGUNOV NETO, A. **História da Educação Brasileira: do período colonial ao predomínio das políticas educacionais neoliberais**. São Paulo: Editora Salta, 2015.

SILVA, F. de C. T. Cultura escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006. Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n28/a13n28.pdf>. Acesso em: 20 ago 2020.

THOMÉ, L. M. **O exercício da profissão de professor no Grupo Escolar de Diamantina (1907-1909)**. Diamantina, 2017. Dissertação (Mestre em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Disponível em: http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/1649/1/luan_manuel_thome.pdf. Acesso em: 11 jul 2020.

VALDEMARIN, V. T. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, D. ALMEIDA, J. S. de. SOUZA, R. F. de. VALDEMARIN, V. T. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

Fontes Documentais

LIVRO DE FOLHA DE PAGAMENTO. Escola Estadual Matta Machado, 1907.

LIVRO DE PROMOÇÕES. Escola Estadual Matta Machado, 1907.



MINAS GERAIS. Lei 439 de 29 de setembro de 1906. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Acervo do Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 1906a.

_____. Decreto 1947 de 30/09/1906. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1906b.

_____. Decreto 1960 de 16/12/1906. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Acervo do Arquivo Público Mineiro: Belo Horizonte, 1906c.

_____. Decreto 2.091 de 20/09/1907. **Coleção Leis e decretos do Estado de Minas Geraes**. Acervo do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, 1907.